

EGLE BECCHI: CONTRIBUIÇÕES PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA

EGLE BECCHI: CONTRIBUTIONS TO THE WRITING OF THE HISTORY OF CHILDHOOD

Juarez José Tuchinski dos Anjos*
juarezdosanjos@yahoo.com.br

RESUMO: Egle Becchi (1930-2022), professora emérita da Universidade de Pavia, Itália, foi uma das mais renomadas historiadoras da infância na Europa. Embora seu nome não seja desconhecido no Brasil, o efetivo diálogo com sua obra e suas contribuições para a escrita da história da infância ainda é bastante tímido entre nós. O objetivo do ensaio é apresentar e discutir algumas dessas contribuições relativas ao ofício do historiador da infância, às características epistemológicas desse canteiro da história e à teorização das fontes como método de trabalho. A metodologia adotada consistiu no levantamento, questionamento e reflexão da historiografia produzida por Egle Becchi nas três últimas décadas, tanto nas suas obras individuais quanto coautorais ou coletivas, sem esquecer-se dos artigos e trabalhos apresentados nos seminários do Grupo de Pavia.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia; Infância; Itália.

ABSTRACT: Egle Becchi (1930-2022), professor emeritus at the University of Pavia, Italy, was one of the most renowned childhood historians in Europe. Although his name is not completely unknown in Brazil, the effective dialogue with his work and contributions to the writing of the history of childhood is still little explored in the country. The aim of this essay is to present and discuss some of these contributions regarding the craft of the historian of childhood, the epistemological characteristics of this construction site of history and the theorization of sources as a working method. The methodology adopted consisted of surveying, questioning and reflecting on the historiography produced by Egle Becchi over the last three decades, both in his individual and co-authored or collective works, without forgetting the articles and works presented at the Pavia Group seminars.

KEYWORDS: Historiography; Childhood; Italy.

Introdução

Egle Becchi (1930-2022), professora emérita da Universidade de Pavia (Itália), foi uma das mais renomadas historiadoras da infância na Europa (È morta Egle Becchi..., 2022; *Pedagogia: è morta Egle Becchi...*, 2022). Sua obra historiográfica abarca temáticas variadas e marcos cronológicos distintos. Além de produção no campo da História, também transita pela filosofia, psicologia, história da pedagogia, história da educação e educação infantil.

No campo da história da infância propriamente dito, Becchi é reconhecida por seus estudos sobre a criança na Grécia Antiga (Becchi, 1998a; Becchi, 2001), na Idade Média

* Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná, com estágios de pós-doutorado na área de História da Educação na UFPR (2015-2017) e na UFU (2023-2024). Professor Adjunto de História da Educação e História da Educação Brasileira no Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).

(Becchi, 1998b), no Renascimento (Becchi, 1998c) nos Oitocentos (Becchi, 1998d) e nos Novecentos (Becchi, 1995; Becchi, 1998e). Junto do chamado “Grupo de Pavia” (denominação informal dada ao grupo formado por historiadores e historiadoras, ligados à Universidade daquela cidade, uma das mais antigas da Itália), organizou entre os anos de 1980 e 2010 (quando aposentou-se), importantes seminários itinerantes, em parceria com diferentes instituições universitárias italianas, tratando da criança e da infância nas interfaces da História com a educação, a filosofia e a psicologia. Desses eventos, participaram historiadores/as como Carlo Pancera, Dominique Julia, Simonetta Ulivieri, Franco Cambi, Ângelo Semeraro, Mônica Ferrari, Ângela Giallongo, dentre outros. As comunicações e discussões fecundas realizadas nesses encontros constituem parte relevante da produção científica assinada por Egle Becchi, como organizadora e articuladora dos debates (Becchi, 1979; Becchi, 1988; Becchi; Semeraro, 2001; Becchi, 2008).

Ainda no tocante ao estudo da infância em perspectiva histórica, três livros de Becchi (dois como autora e um como organizadora, em parceria com o historiador francês Dominique Julia) são tidos hoje como referências incontornáveis no estudo dos pequenos no passado: *I Bambini nella storia* (Becchi, 2010a [1994]), *Histoire de l'enfance en Occident* (Becchi; Julia, 1998 [1996]) e *Maschietti e Bambine* (Becchi, 2011).

O primeiro livro – *I Bambini nella Storia* –, disponível somente em italiano, constitui-se numa antologia de fontes, precedidas de breve análise temática e empírica, que acompanha o percurso da criança em vários tempos e espaços, da Antiguidade aos dias atuais, no território europeu. Nessa obra Becchi alia sua erudição e experiência no estudo da criança com a divulgação de sentidos e interpretações construídos no campo da história da infância. Sua escolha por organizar o livro em forma de antologia visou que este pudesse ser lido tanto por pesquisadores em busca de interlocução quanto por leitores ávidos de saber como era o “ser criança” em diferentes momentos da história. É obra de análise, síntese e divulgação de conhecimento histórico sobre a infância e a criança pretéritas.

O segundo livro, organizado por ela e Dominique Julia (historiador francês filiado à tradição dos *Annales*), é, provavelmente, o mais famoso. Seguindo os modelos da “História da Vida Privada”, “História das Mulheres no Ocidente”, “História da Família no Ocidente” e “História dos Jovens” (obras que, vale lembrar, alcançaram grande sucesso editorial por combinarem o conhecimento de estudiosos a uma linguagem acessível ao leitor de cultura

média), a *Histoire de l'enfance en Occident*, oferece, em dois volumes fartamente documentados, uma coletânea de estudos realizados por especialistas de diversas épocas históricas sobre a experiência da infância na Europa Ocidental, da Grécia aos nossos dias. Nessa obra coletiva, são retomadas, refutadas e/ou redimensionadas importantes teses do campo, como as formuladas por Philippe Ariès e Lloyd DeMause acerca da Idade Média e da Antiguidade (respectivamente), mas também, ampliadas e aprofundadas outras, conforme produzidas pelas historiografias americana, inglesa, francesa, holandesa, alemã e italiana. Esse importante livro ainda não possui tradução portuguesa, sendo mais difundida, entre nós, a edição francesa de bolso (que não conta, ao contrário da italiana, com os cadernos iconográficos).

O terceiro livro, de autoria de Becchi, reúne três ensaios abordando a questão do “ser menino” e “ser menina” na história, em diferentes momentos e a partir de variadas perspectivas. *Maschietti e Bambine* possui, até o presente, somente versão em italiano. Nele, a historiadora vale-se da análise de fontes imagéticas, literárias e, inclusive, da psicanálise (embora num caminho oposto ao da psico-história do grupo de DeMause, que buscava aplicar conceitos da psicologia ao estudo histórico, resultando, por vezes, em anacronismos), para a construção de suas interpretações. Em particular, seu livro é um alerta sobre a necessidade de não mais fazer-se uma história da infância exclusivamente no masculino, mas, também, contemplando o ser menina no passado.

No Brasil, embora o nome de Egle Becchi não seja desconhecido (sobretudo pela parceria com Dominique Julia na organização do livro *Histoire de l'enfance en Occident*), o efetivo diálogo com sua vasta obra e contribuições para a escrita da história da infância ainda é bastante tímido entre nós, limitando-se a menções pontuais e nem sempre aprofundadas. O objetivo deste artigo é apresentar e discutir algumas dessas contribuições, relativas a três temáticas recorrentes na escrita histórica de Becchi, do ponto de vista do “fazer historiográfico” sobre a infância: o ofício do historiador da infância, as características epistemológicas desse canteiro da história e a “teorização das fontes” como método de trabalho.

Tais categorias não foram eleitas a priori. Antes, emergiram da leitura contínua da obra desta historiadora, que venho fazendo ao longo dos últimos anos. Assim, é inevitável que essa escolha, além de dizer respeito a um olhar particular, necessariamente sacrifica uma série de

outras questões que poderiam ser abordadas na escrita histórica efetuada por Becchi, em especial, aquelas relativas às interpretações historiográficas que constrói sobre os períodos abarcados em suas investigações ou temáticas que elegeu como objetos de estudo. Por outro lado, penso que tais categorias eleitas têm a vantagem de oferecer um tipo de reflexão que, a meu ver, faz-se necessário ao campo da história da infância no Brasil: a ampliação e aprofundamento do arcabouço teórico e metodológico dos estudos da área. Talvez, por sua formação filosófica inicial é que Becchi tenha tanto a dizer sobre essa questão aos historiadores, não por meio de uma filosofia da história, mas da crítica e reflexão daquilo que Certeau tão acertadamente chamou de “operação historiográfica” (Certeau, 2002), que é, como defendia o historiador francês, o produto de um lugar social (um ofício), de uma prática e de uma escrita.

A metodologia adotada neste ensaio consistiu no levantamento, questionamento e reflexão da historiografia produzida por Egle Becchi nas três últimas décadas, tanto nas suas obras individuais quanto coautorais ou coletivas, sem esquecer-se dos artigos e trabalhos apresentados nos seminários do Grupo de Pavia. A ênfase na leitura e levantamento recaiu na sistematização das três categorias já mencionadas, dispersas em sua obra, sobre as quais passo agora a discorrer.

O ofício do historiador da infância

Em que pesem os avanços historiográficos, continua pertinente a concepção de Marc Bloch (2011) de que a pesquisa histórica é um ofício e a História uma ciência com regras próprias, ambos abertos à definição e redefinição em função, dentre outros fatores, da relação do pesquisador com seu presente, seus pares e seu objeto. Conforme ensinou-nos o medievalista francês, este objeto é, por excelência, o ser humano e a historiografia recente, nesse sentido, permite, inclusive, falarmos em um ser humano nas suas diferenças culturais, sociais, geracionais e, neste último caso, de meninos e meninas – as crianças – como atores e produtores dos fenômenos, no tempo, aos quais damos o nome de História. Nessa dinâmica relação entre pesquisador e objeto, numa articulação não só temporal de uma ciência que une os vivos aos mortos (Bloch, 2011) o historiador assume (ou deveria assumir!), no presente em que vive e exerce seu ofício, algumas tarefas intelectuais e sociais, geralmente,

relacionadas às especificidades do objeto humano sobre o qual se debruça e acerca do qual se propõe a produzir conhecimento.

Tendo essas questões elementares de nosso *métier* em mente, é possível afirmar que Egle Becchi, nas entrelinhas de sua produção, concebe o ofício do historiador da infância da mesma forma que Marc Bloch concebe o ofício do historiador de maneira geral, mas pontua algumas características peculiares de que o nosso trabalho se reveste por conta da relação entre um adulto que é o pesquisador e o seu objeto, a criança e a infância, nas sociedades do passado e do presente.

Marc Bloch entendia a História não apenas como uma ciência em constante mudança, mas, sobretudo, multidisciplinar. Essa, para Peter Burke, foi a característica mais marcante da primeira geração dos *Annales* (Burke, 1997) e é dimensão a ser recuperada em tempos de extrema especialização de saberes na Oficina da História, como reclama Sílvia Pizzeti (2003). Da mesma maneira, o historiador da infância, na acepção de Becchi, precisa conduzir seu fazer historiográfico pela construção de um olhar multidisciplinar, cuja multidisciplinaridade, entretantes, não vem mobilizada ao esmo, mas em função da singularidade do objeto que intenta capturar. Sobre isso, escreve no prefácio de *I Bambini nella Storia*:

O saber da criança no presente e a reconstrução histórica da infância no passado vêm inseridos num quadro que é de incerteza discursiva, de incompatibilidade de saberes, de difícil identificação do objeto que se tenciona tratar, de aproximações inéditas e quase duvidosas, as quais requerem aquela mobilidade do olhar e aquela sensibilidade do ouvido que o antropólogo e o psicanalista retêm consigo do estudioso de um sujeito outro, (...) completamente mudo e que se exprime em um código todo peculiar (Becchi, 2010a, p. VI, tradução livre).

Dada a particularidade do objeto próprio do historiador da infância – a criança, nem sempre lembrada, falada ou observada (e, mesmo quando ouvida, tendo sua voz e experiências abafadas pelas relações de poder do mundo adulto com o mundo dos pequenos)¹ – qualquer ciência que dela se ocupe e sobre ela procure produzir saberes, depara-se com um quadro de incertezas sobre as experiências que irá narrar/interpretar. Para superar essas limitações, ainda mais sensíveis quando se trata de escutar a voz infantil no passado, urge, na opinião de Becchi, que o historiador da infância se revista de uma sensibilidade toda peculiar,

¹ Sobre o “adultocentrismo” e seus impactos na escrita da história da infância, ver a reflexão empreendida por Anjos e Souza (2018).

informada não só pelas ferramentas próprias do seu ofício – as fontes, as questões, os conceitos – mas também pelas habilidades construídas noutras ciências, como a antropologia e a psicanálise, a fim de perceber melhor a presença do que ela designa como “sujeito outro (...) completamente mudo e que se exprime em código todo peculiar”. Se como afirma Michelle Perrot (2005), é o olhar que faz a história, no caso do historiador da infância, sugere Becchi, é um olhar multidisciplinar o único realmente capaz de dar conta de produzir a sensibilidade e o refinamento necessários para o conhecimento sobre um ser diferente do historiador não só pelas distâncias temporais, mas também geracionais. Um olhar que terá de ser sempre ousado e criativo: ousado para arriscar todas as aproximações que julgar necessárias com outras ciências e criativo para encontrar a voz da criança e as marcas da sua infância no tempo e nas evidências que ele preservou, mesmo onde, aparentemente, nada há para escutar ou ver.

A multidisciplinariedade no ofício do historiador da infância passa, segundo afirmou Becchi num dos seminários do Grupo de Pavia, em texto escrito em parceria com Ângelo Semeraro, não só pelo diálogo com habilidades construídas em diferentes ciências. Exige, também, interlocução com o leque de campos da própria oficina da história, tendo em vista uma reconstrução diacrônica o mais complexa possível das experiências de infância e das crianças no passado.

...o historiador que elege como seu objeto de reconstrução diacrônica a criança, constitucionalmente incapaz de produzir palavra, escrita, bens economicamente vantajosos, deve realizar trocas, diálogos, caminhar ao lado e ao encontro com especialistas de outras disciplinas que de alguma maneira encontram tangencialmente o sujeito infantil nas suas pesquisas; não só historiadores de outros sujeitos – mulheres e outras figuras socialmente marginais – e de fenômenos literários, artísticos, religiosos (...) que podem propor pontos de vistas e modalidades de trabalho (Becchi; Semeraro, 2001, p. XIII, tradução livre).

O que Becchi e Semeraro parecem sugerir é que o trabalho do historiador da infância, ainda que respeitadas suas peculiaridades, seja sempre realizado em solidariedade intelectual, numa troca fecunda sem a qual muitos aspectos do ser criança no passado restariam desconhecidos. Penso que não se trata de fazer, por exemplo, do historiador da infância um historiador das mulheres, mas de buscar nessa historiografia – que tanto conhecimento já produziu sobre as condições concretas dos primeiros anos de vida da criança pequena nos mais diversos países, na sua relação com a mulher nos papéis de mãe, criada,

nutriz – os dados e informações que podem ajudar a uma melhor compreensão de facetas da infância que, de outro modo, seriam de restrito acesso ao historiador que se fechasse apenas às contribuições do seu próprio canteiro. Da mesma forma, os diálogos com historiadores da literatura, da arte e da religião podem tornar-se cruciais, sobretudo, ao proporem métodos de tratamento das fontes que lhes são habituais, mas que podem trazer enormes avanços quando apropriados pelo historiador da infância para a construção de seu objeto privilegiado de investigação. Tais operações, como se percebe, exigem que o pesquisador da infância vá, aos poucos, construindo erudição, sem a qual, o trânsito entre as diferentes ciências se tornaria impraticável. Sem essa erudição, em última análise, torna-se difícil ouvir a voz da criança, naquele código de comunicação caracterizado pelo seu silenciamento nas fontes, mas, não necessariamente, no passado no qual elas foram produzidas e do qual nos foram legadas.

Com efeito, o código pelo qual a criança se exprime, na Oficina da História, é aquele dos indícios e dos vestígios documentais de sua presença (e, nesse ponto, apesar do apelo à interdisciplinaridade, evidencia-se a diferença sensível entre o ofício do historiador e aquele do psicanalista e do antropólogo que, ao atuarem no tempo presente, podem ver e ouvir a criança, embora, isso não necessariamente signifique maior exatidão nas suas análises e interpretações!). Nessa direção, Becchi pondera que a localização e preservação desse material exíguo – objeto de descarte sistemático, salvo de perecer muitas vezes somente por descuido ou mesmo o acaso – é uma das funções que o ofício do historiador da infância também comporta. Sobre a necessidade de dedicar-se a esse trabalho de preservação das marcas da presença da criança e das experiências de infância nas sociedades, declara Becchi:

Um dos primeiros movimentos do historiador da infância deveria ser (...) aquele de individualizar tais fontes, de escavá-las, reconstruí-las dentro do possível, de não negligenciar também sinais imperceptivelmente traçados (...) E isso deve fazê-lo sem demora, conscientizando-se que não trata-se só de produtos deterioráveis, mas que ainda hoje não são guardados, de forma que no futuro nossa fadiga não será menor quando quisermos reconstituir um passado muito próximo (Becchi, 2010a, p. XII, tradução livre).

De novo é a sensibilidade o ponto nodal do labor do historiador da infância. Sensibilidade para produzir sua documentação, mas também, num empenho que antecede o questionamento dessas fontes no silêncio da Oficina, garantir que tal material potencialmente relevante às suas pesquisas e de seus pares que virão, seja preservado e devidamente

conservado para estudos futuros. Note-se que Becchi preocupa-se não apenas com a preservação daquilo que, vindo do passado distante, já é considerado documento-monumento (Le Goff, 1991) da criança. Ela preocupa-se que o historiador da infância esteja atento à documentação produzida também no tempo presente, a fim de que, o trabalho futuro dos historiadores da criança que queiram investigar esse “passado muito próximo”, não seja ainda mais difícil do que já é ao historiador hodierno a pesquisa acerca dos passados distantes, sobre os quais habitualmente se debruça.

A própria Becchi, num dos projetos de pesquisa que coordenou, reuniu e coletou mais de uma centena de diários de infância (diários escritos por adultos relatando seu convívio com crianças), não somente de períodos mais recuados (como os séculos XVIII e XIX), mas, sobretudo, do século XX (Becchi, 2004), indo ao encontro, assim, dessa preocupação que ela mesma expressara anos antes, relativa a preservação não só das fontes já marcadas pela poeira e teias de aranha, mas também, daquelas que ainda hoje, cotidianamente são produzidas pelas crianças ou sobre as crianças e, da mesma maneira que no passado, têm sido sistematicamente descartadas, criando para os historiadores do amanhã dificuldades iguais ou até mesmo maiores do que aquelas que já encontramos hoje na prática do ofício. Esse descaso e descuido dos adultos em relação às produções culturais da criança (seja na família, na escola ou nos demais espaços em que ela se faz presente na atualidade), sem dúvida, é obstáculo que somente a atenção, cuidado e sensibilização da sociedade, a serem feitos em especial pelo historiador da infância, pode ajudar a superar. Pode, também, contribuir para que ouçamos e ofereçamos mais vez e voz às crianças com as quais, no presente, travamos contato.

Características epistemológicas da história da infância

Após uma leitura conjunta da produção de Egle Becchi, pode-se afirmar que ela permite falar em algumas características epistemológicas da história da infância enquanto campo da História que precisam ser consideradas e enfrentadas pelo historiador para a produção de suas interpretações e o avanço das novas pesquisas.

Uma primeira característica reside no *cuidado que se deve ter com críticas/interpretações superficiais das teses centrais da historiografia da infância*, particularmente, as formuladas por Philippe Ariès e que marcam, até nossos dias, muito do

que tem sido escrito e debatido. Julgamentos apressados e hoje naturalizados das explicações do historiador francês acabaram por não observar importantes movimentos historiográficos que ele realizou dentro da sua própria produção ao longo de quase quarenta anos de investigações. No caso brasileiro – mas também europeu (Gèlis, 1991) –, não raro, vemos leituras que, sem deixar de conferir-lhe um lugar inaugural para as pesquisas sobre a infância pretérita, ao mesmo tempo, apontam com severidade exagerada que suas interpretações foram equivocadas, sobretudo, ao pensar o fenômeno da infância como um sentimento em evolução – noção, por sinal, partilhada pela maioria dos primeiros pesquisadores do campo, apenas com divergências quanto ao momento de sua emergência, algo que alterou-se tão somente (e parcialmente) com a publicação da polêmica tese de Linda A. Pollock (2004) nos anos oitenta, que defendia, ao contrário, ser a história da infância uma história de notáveis permanências no plano das relações entre pais e filhos. O que Egle Becchi propõe em relação à Ariès é uma leitura diacrônica, que revise não apenas a sua *opus magna*, mas que mergulhe na sua produção de forma ampla, para garantir um olhar menos embotado e mais acurado em torno das proposições centrais por ele formuladas.

Ora, um debate historiográfico assim conduzido pode acabar evidenciando movimentos interpretativos pouco observados. Seguindo esse tipo de procedimento em seu fazer historiográfico, a própria Becchi destaca um dado poucas vezes observado acerca das interpretações do historiador francês sobre a infância. Sobre isso, pondera ela em parceria com Angelo Semeraro:

Os textos fundadores da historiografia da infância falam não só de eventos onde o presente capitaliza, acrescenta e melhora o passado, mas onde na aventurado quase eterno período da infância se podem ler desenhos metaforizados em formas diversas. Pensemos no esquema de Ariès na *Historia Social da Criança e da Família*, esquema que tem uma imagem linear, mas que o mesmo autor anos depois – no verbete “Infância” na *Enciclopédia* editada pela Einaudi e em um ensaio semelhante – transforma em parábola, passando do sentimento do menino rei à ideia do menino vítima (Becchi; Semeraro, 2001, p. XIII, tradução livre).

Assim, de uma interpretação ascendente positiva – baseada na tese do sentimento da infância, que teria estado ausente na Idade Média e sido “descoberto” ao longo da Era Moderna, representando, assim, uma evolução qualitativa no tratamento dado às crianças – aos poucos Ariès caminhou, nos seus trabalhos “menores”, a uma interpretação em parábola, indo da imagem da criança amada e protegida que defendera inicialmente à da criança

violentada e maltratada, que continuam, mesmo no presente, a conviver entre si, retirando-nos, assim, do conforto de crer que tratamos nossos pequenos melhor do que as gerações que nos precederam. Ora, essa mudança interpretativa só foi possível porque Ariès – diferentemente do que sugerem muitas vezes seus críticos – não se aferrou, de modo algum, às interpretações iniciais, mas manteve aberto e franco debate com seus interlocutores, concordantes e discordantes.

...é na resposta [o prefácio que Ariès escreveu para a segunda edição da obra, onde responde às críticas de Jean-Louis Flandrin e Natalie Zemon Davis] e nos ensaios menores [artigos que publicou em coletâneas e, particularmente, os verbetes “infância”, “geração” e “educação”, escritos por ele para a enciclopédia Einaudi] e não só no texto de 1960 que se acha a origem mais plena da historiografia da infância: no jogo das objeções e das respostas do e ao historiador francês, nesse progressivo despertar de uma variada e coral inclinação em eleger a infância de ontem como objeto dos seus próprios estudos e fazer-se perguntas de tipo processual (...) (Becchi, 2010b, p. 9, tradução livre)

A história da infância, para Becchi, já nasce, com Philippe Ariès, como um campo de debate aberto, marcado mais por dúvidas e objeções, que por certezas. Da mesma forma que ele arriscou ao propor interpretações então bastante originais e, no diálogo com seus críticos, precisou sustentá-las, redimensioná-las e revisá-las constantemente até quase o fim de sua vida – sendo, nesse ponto, fiel à concepção da história como ciência em mudança – o historiador da infância, ainda hoje, precisa reconhecer a provisoriidade das interpretações que constrói, uma vez que se debruça sobre um sujeito que, apesar de todos os avanços, apenas começa a ser descoberto pela pesquisa histórica e cada vez mais se revela complexo em suas experiências de infância.

Uma segunda característica da história da infância, para Becchi, é a fugacidade do objeto que se tenciona investigar, o que impõe *a problematização dos conceitos de infância e criança sob os quais, no movimento da história, está encoberto o objeto do historiador da infância*. Em princípio, esse tipo de reflexão talvez pareça superado, em particular, pelas contribuições vindas da sociologia da infância (Freitas, 2010) e da historiografia recente. Todavia, mesmo concebendo-se a infância como um tempo da vida humana que informa as experiências concretas de ser criança em cada época da história (Cunningham, 1997; Heywood, 2004) e a criança o sujeito que vive esse tempo, resta uma dificuldade epistemológica a ser enfrentada pelo historiador na labuta com suas fontes. Como capturar um tempo social e um

sujeito que encontram-se, eles próprios, em constante mudança, já que a criança está na família, na escola, no trabalho e, sobretudo, em crescimento e conforme cresce, inserida ou escapando ou reinventando a categoria sociológica mais ampla a que chamamos infância?

Sobre as implicações da infância como tempo social na oficina da história, analisa Becchi:

Idade da vida denotada (o diz o próprio vocábulo de “infância”) principalmente ao negativo, a infância não tem nem um tempo definido por seu início e seu fim, nem uma precisa caracterização de sexo, nem sobretudo a possibilidade que a sua voz, as suas vivências venham registradas e arquivadas de modo a possibilitar a sua reconstrução. Nesse panorama assim lacunar, o pouco que se sabe do passado do não-adulto, não só é escassamente articulado para períodos específicos da história, como é relativo principalmente aos meninos e às crianças das classes elevadas e diz respeito majoritariamente a uma condição coletiva, sobretudo anônima ou singular e não representativa de uma condição infantil (Becchi et al, 2002, p.182, tradução livre).

Embora a categoria sociológica de infância seja útil, ela, de modo algum, pode ser facilmente adequada às realidades sobre as quais o historiador se debruça. A própria ideia da infância como uma fase em negativo (no sentido de silenciosa) faz com que os registros desse tempo sejam escassos e ingratos, forçando o historiador a procurá-la e identificá-la em contextos muito específicos, nos quais não se encontra a infância no singular, mas, determinadas infâncias, remetidas ora ao masculino, ora ao feminino e, não raras vezes, às infâncias das classes abastadas. E mais: com frequência, diz respeito a infâncias coletivas, idealizadas, mas não a infâncias reais. Ora, como chegar a essas infâncias reais? Pelo estudo de crianças reais.

Há, enfim, como para cada sujeito histórico, uma categoria generalíssima, aquela da identidade do objeto do qual se quer tratar. No nosso caso, é preciso responder à pergunta: quem é a criança? Repensar, à luz de tais quesitos, os dados que possuímos significa não só disciplinar o próprio discurso, atentar que isso não sai da pauta, mas saber também que as respostas são várias, discordantes e pouco unívocas. Tentar dar soluções a tais interrogações significa também adotar uma perspectiva teórica, de definições dos aspectos institucionais – como se definiu nos documentos públicos a criança, quais competências jurídicas lhes foram reconhecidas, quais foram os termos cronológicos da infância – afetivos, pedagógicos, sociais (...) Implica em ir além de dar um significado genérico à criança e perceber se trata-se de um menino ou de uma menina, que têm histórias diversas não só a nível individual mas também coletivo. (Becchi, 2010a, p. XII, tradução livre).

Como se percebe, para Becchi, o estudo da criança – ainda que mediado por definições teóricas ou institucionais – é que deve ser o ponto de partida para a história do tempo social que ela vive no passado, isto é, a infância. Um exemplo de como essa mudança de enfoque pode ser extremamente útil à escrita da história da infância é a que diz respeito ao estudo da infância feminina – temática à qual já dedicou importantes estudos (Becchi, 2003; Becchi, 2011). Mais do que adicionar um significativo toque de gênero, esse enfoque busca romper com uma infância singular pensada no masculino (mesmo quando sabe-se que ali há também a presença do feminino) para delinear uma infância mais complexa e próxima da realidade, calcada em importantes diferenças que informam o ser menino e ser menina na história.

Uma terceira característica da história da infância, ligada a essa da constante definição e redefinição do objeto de que se vai tratar é a *tensão* sobre a qual o historiador terá de mover-se, ora *operando dentro das categorias fornecidas pela historiografia relativas aos espaços onde se encontra a criança no passado, ora rompendo com as mesmas, a fim de não engessar o estudo da infância dentro delas*.

Com efeito, um legado das teses centrais da historiografia da infância – mas nem sempre notado/problematizado – é o de que a criança que o historiador procura apreender sempre está inserida em contextos que tornam ela e sua infância inteligíveis (como a instituição de assistência, a escola, o mundo do trabalho, a rua, a família). Tais espaços/dimensões, constantemente retomadas e dentro dos quais os debates historiográficos foram sendo estabelecidos, quase que constituindo “subáreas” dentro do campo, foram aos poucos, tornando-se importantes categorias analíticas, na medida em que fornecem entradas heurísticas para a leitura das experiências da infância e da criança pretéritas.

...das páginas destes estudiosos da infância [Ariès, DeMause, Dieter Richter] no passado emerge, ainda que com ressalvas diversas, uma série de categorias recorrentes entre as quais se tenta reconstruir a vida infantil e o estatuto da primeira idade no passado. Algumas destas rubricas são utilizadas também na reconstrução diacrônica do indivíduo adulto – o nascimento, a doença, a morte, a família, o cotidiano, o trabalho, a fuga, o abuso – outras são peculiares e exclusivas da existência infantil: a escola, a brincadeira. De modo paradoxal se poderia dizer que se tratam de universos meta-históricos da realidade infantil, que cada época e cada cultura detalharam e declinaram a seu modo; na sua unidade eles servem como entrada heurística para uma aproximação ao estudo da infância ontem e hoje (...). Se trata de contextos – a família, a escola, o trabalho, a brincadeira, os lugares extra-domésticos e fora da sala de aula – nos quais é provável que da

criança se possam encontrar alguns traços, diversamente sentidos, de lugares onde ela de alguma forma transita e para” (Becchi, 1994, p. XI, tradução livre).

Todavia, tais categorias comportam um risco: o de imprimir uma tendência em só pesquisar a infância e a criança dentro delas (seja pela dificuldade em romper com as mesmas pela ausência de fontes ou por tendências de pesquisa nem sempre claras, mas que se impõe à investigação histórica em alguns contextos acadêmicos), o que pode causar o engessamento da historiografia dentro de tais categorias. Um exemplo desse risco é o que Becchi e Semeraro chamam de *Pedagogização da infância*, que o é perigo que se corre quando a infância vem pesquisada exclusivamente dentro das categorias fornecidas pela história da educação. Para esses historiadores, a pedagogização ocorre quando se encara a criança e a infância, seja por comodidade analítica ou empírica, como inteligíveis somente

...dentro de práticas educativas mais ou menos liberais e inculcadoras. Falar de uma criança sem Paidéia parece mover o imaginário e considerá-la, de modo historiograficamente confiável, fora de cada circuito e oportunidades educacionais, ilegítimo. Mas se têm dados (e em certos contextos não desapareceram) e não só nas páginas literárias – pensemos nas cruzadas das crianças, nas crianças pela estrada, nas crianças em fuga – da realidade infantil onde não parece ter havido a educação, relação de quem sabe e ensina com quem não sabe e aprende, e nas quais a formação ocorreu em forma de troca articulada e também deficiente, de contágio, de fazer junto, que mesmo a um olho atento e sem preconceitos não se assemelham a experiências educativas (Becchi; Semeraro, 2001, p. XII, tradução livre).

Para contornar tal risco, é preciso que o historiador arrisque enxergar a infância lá onde, aparentemente, ela não se encontra, transitando de lugares a não lugares, a fim de não limitar sua análise apenas aos contextos de sempre, mas também àquelas fronteiras onde se cruzam infâncias e ideologias (Becchi; Semeraro, 2001), como as políticas públicas, os discursos partidários, as diferentes vertentes dentro de uma mesma religião, dentre outras possibilidades. Em todo caso, dificilmente o historiador da infância poderá escapar de tais categorias no estudo da criança do passado. Deve, porém, desnaturalizá-las e interrogá-las, tanto em perspectiva historiográfica quando no nível da pesquisa empírica propriamente dita.

Um método de trabalho para o historiador da infância: a teorização das fontes

Outra contribuição de Egle Becchi para a escrita da história da infância diz respeito a um método de trabalho com a empiria, que tenho chamado de teorização das fontes. Desde

já cumpre esclarecer que em momento algum Becchi refere-se em suas pesquisas a esse procedimento como “método de teorização das fontes”. Contudo, na leitura de qualquer uma delas, fica patente que ela não se lança à análise e interrogação de um documento sem antes proceder a uma indagação sobre ele, um exercício no qual teoriza as possibilidades e limites daquela evidência para a reconstrução diacrônica da criança e da infância do passado. Tal “teorização da fonte” não se limita a um exercício teórico, mas informa os procedimentos efetivos utilizados por ela no momento em que opera determinada fonte para a construção de interpretações históricas. Penso que se tomado como um método de trabalho, passível de ser apropriado em diferentes empirias por qualquer historiador, pode ajudar este a não apenas ler os documentos que tem diante dos olhos, mas ler *através* deles, coisa, que sabemos, nem sempre é fácil de fazer e exige, além da erudição, boa dose de criatividade e inventividade.

Num primeiro tipo de teorização, Egle Becchi e Dominique Julia (1998) propõem a *classificação das fontes para a história da infância e da criança em dois tipos*: aquelas produzidas pelos adultos e aquelas produzidas pelas crianças mesmas. Não se trata de fraturar a empiria, mas de observar peculiaridades de cada testemunho a partir de seus lugares de produção, por meio das quais numa ou noutra, em meio a possibilidades e limites, o objeto do historiador da infância pode ser capturado.

Nas fontes produzidas pelos adultos – e aqui tomaremos inicialmente como exemplo ilustrativo uma fonte em particular, os diários de infância (Becchi, 2004), isto é, diários escritos ao longo da história por adultos, relatando o cotidiano das crianças com as quais estão em relação (pais falando dos filhos, preceptores dos alunos, médicos de pacientes, etc.) – encontramos relatos sobre a criança, nos quais por meio de uma operação retórica, a criança do passado fala pelas mãos de um Outro, o adulto (Becchi, 1994). Nas palavras que narram e descrevem seu cotidiano encontramos vestígios das suas vivências e do modo como sua infância era percebida e construída não só no relato do adulto, mas, também, na relação desse adulto “que escreve” com o não-adulto “que é descrito”. Em se tratando dos diários de infância acaba-se sabendo “também daquilo que está em torno dele [o menino], daquilo que fazem aqueles que convivem com ele, de tudo quanto constitui as circunstâncias materiais, além de humanas, dentro das quais se realiza o seu desenvolvimento” (Becchi, 2004, p. 133).

Acredito que essa teorização feita sobre os diários de infância pode, com alguma cautela, ser estendida também a outros tipos de fontes produzidas por adultos sobre a criança, uma vez que expressam, de fato, ainda que por meio de diferentes narrativas – pensemos aqui na narrativa jurídica, policial, médica, educacional – elementos do entorno da criança, que são reveladores das múltiplas infâncias por ela vividas em variados tempos e espaços. Revelam, também, como os diferentes níveis de relação com a criança – o juiz que julga um caso envolvendo o pequeno, o policial que investiga um crime do qual a criança toma parte, o médico que analisa uma patologia infantil, o educador que relata práticas de formação e transformação da criança – contribuem para que ela atravesse diferentes experiências de infância, já que as ações desses sujeitos que produzem as evidências não se limitam a narrar, mas interferem claramente na vida dos pequenos e, às vezes, tem suas vidas interferidas por eles.

Embora as fontes produzidas pelos adultos sobre as crianças sejam as mais numerosas e frequentemente precisemos recorrer à elas para a reconstrução diacrônica da infância, comportam limites significativos, que estreitam, de antemão, o horizonte de interpretação que a partir deles se pode vislumbrar. Constituem-se, como ponderam Egle Becchi e Dominique Julia, em uma espécie de “prisma que os adultos nos deixaram em cada período da história (...) e é através desses traços indiretos que devemos tentar reconstruir o que podem ter sido as infâncias das épocas passadas” (Becchi; Julia, 1998, p. 13, *tradução livre*). Por essa sua característica de prisma, isto é, de oferecer imagens muitas distorcidas e indiretas, carregam consigo ao menos dois riscos. O primeiro é o da sobreinterpretação das fontes, que Becchi e Semeraro chamam de “leitura ideológica” ou anacrônica, na qual, dada a fugacidade do testemunho, são adicionadas, ainda que inconscientemente, “informações mais ou menos elaboradas das ideias de criança que circulam atualmente no léxico e no *éthos* comum.” (Becchi; Semeraro, 2001, p. 11, *tradução livre*). O segundo risco é o representado pelo diálogo indiscriminado com teorias produzidas em outros campos, na tentativa de dar maior legibilidade a certos tipos de relatos dos adultos sobre a criança, como fez Lloyd DeMause e a psico-história. Para Becchi e Semeraro, o risco ali reside em aplicar ao material histórico “categorias que uma certa psicanálise – compreendida de uma maneira muito global – adotou em tempos recentes nas hipóteses explicativas das relações do indivíduo com a vida social” (Becchi; Semeraro, 2001, p. 11, *tradução livre*), esperando, com isso, encontrar um

mesmo instrumental psíquico ou emocional em todos os atores históricos em qualquer tempo histórico, sem considerar os diferentes contextos nos quais viveram e, sobretudo, que a maturidade psicológica varia, também, de indivíduo para indivíduo numa mesma época e, especialmente, nas relações entre pais e filhos, objeto privilegiado das análises de DeMause.

Contudo, existe também uma segunda categoria de fontes: aquelas produzidas pelas crianças mesmas, porém, mais escassas e difíceis de localizar. Essa dificuldade não surge porque necessariamente materiais produzidos pelas crianças tenham existido em pequeno número no passado, mas, antes, porque, como já observado neste ensaio, na relação entre passado e presente, são as que mais facilmente tornam-se vítimas do descaso e da indiferença dos adultos que, no momento de sua produção, não cuidaram de preservá-las.

Mas trata-se de uma dificuldade empírica que, até certo ponto, pode ser contornada, por meio da persistência e criatividade do historiador na localização de arquivos e na ampliação do conceito de fontes produzidas pelas crianças. Nesse sentido, para Becchi e Semeraro

O trabalho do historiador da infância não tem sido infrutífero. A nossa mente vem em primeiro lugar a definição de novos arquivos, ligadas à invenção de lugares não tradicionais onde se encontra a criança. Nesse sentido, o trabalho do historiador da idade não adulta tem se movido não só nos arquivos oficiais e de documentos codificados, mas também entre testemunhos privados, tendo em conta e descobrindo materialidades resistentes ao tempo e à endêmica desatenção dos adultos... (Becchi; Semeraro, 2001, p. XII, tradução livre).

Se as fontes produzidas pelos adultos sobre a criança são, pela sua maior parte, escritas, as fontes produzidas pelas crianças – sobretudo as bem pequenas – levam-nos a um universo ágrafo, onde rabiscos, tracejados e artefatos elaborados por elas é que serão as testemunhas que convém ao historiador da infância deter-se e interrogar. Deve-se ter em mente, segundo Becchi, que trata-se de

Material raro, implícito, frágil, frequentemente descartado, no qual as vozes, os traços, as palavras e desenhos do pequeno constituem um capital precioso, dotado de uma forte peculiaridade e significado histórico, do sentimento de que em cada época e em cada cultura foram dados às crianças instrumentos expressivos diversos, foram-lhes colocadas algumas diferentes perguntas explícitas e implícitas, às quais procuraram responder com a *outillage* de que eram dotados: frases, desenhos, rabiscos (...) Isso que no seu conjunto se pode chamar de cultura da infância, é o primeiro fundo da criança que, contudo, os lugares tradicionais de conservação dos

documentos do passado ignoram quase sempre e também no presente não se cuida em preservar. (Becchi 2010, p. XI, tradução livre).

Ao operar com fontes produzidas pela criança, Becchi desafia-nos a adentrar no universo das chamadas culturas infantis – aquele “conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e interesses que as crianças produzem e compartilham na interação com seus pares” (Corsaro, 2009, p. 32) –, nas quais esses vestígios escassos que ela deixou de si nos inserem não mais no mundo da criança vista pelo adulto, mas no mundo da criança e do adulto vistos, pensados, entendidos e apropriados pela criança mesma. Obviamente, nem sempre poderemos – como alertam Egle Becchi e Dominique Julia (1998) – descobrir os usos específicos que as crianças fizeram desse material – especialmente no caso de objetos e artefatos por elas fabricados – mas, chegamos, ao menos, no limiar de possíveis sentidos e significações que elas procuraram dar, nos termos de sua compreensão, ao mundo com o qual elas se relacionavam, apesar da pouca idade.

A etapa final da teorização das fontes parece constituir-se em, após as reflexões prévias sobre aquelas produzidas pelos adultos e aquelas produzidas pelas crianças, com seus interditos e possibilidades (lembrando que, para cada caso – que nos limites deste texto não poderemos abordar – se alternam, ampliam e complexificam!), operá-las de forma conjunta, articulando-as. É aí que se começa a superar, então, aquela que é a característica mais marcante do vocábulo nas línguas modernas e que atinge em cheio a criança, sujeito desse tempo, aquela em que infância “supõe-se o não falar, não comunicar, não dizer nada de si, não estar em condições de dar – e tanto menos de escrever – as informações essenciais para sua identificação” (Becchi, 2010: VII, *tradução livre*) – . É desse cruzamento de evidências, ora dando espaço à voz do adulto, ora a da criança, que o historiador terá chances de fazer emergir a criança e a infância, lá, onde, aparentemente, elas não teriam existido. Ou melhor, terá chances de identificá-las naquelas experiências em que encontram-se ocultas apenas porque, no mais das vezes, eram vistas e entendidas de maneira diferente da nossa (Becchi; Julia, 1998). E reencontrar esses mundos “perdidos”, a partir de uma multiplicidade de fontes, é a parte mais agradável e desafiadora da escrita da história da infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; SOUZA, Gizele de. Arquivos históricos nas instituições de educação infantil: reflexões e pistas para sua constituição. In: SOUZA, Gizele de; MORO, Catarina (orgs.). *Educação infantil: construção de sentidos e formação*. Curitiba: NEPIE-UFPR, 2018, p. 45-66.

BECCHI, Egle (org.) *Figure di Famiglia*. Palermo: Fondazione Nazionale Vito-Fazio-Allmayer, 2008.

BECCHI, Egle. (org.). *Il Bambino sociale*. Milano: Feltrineli, 1979.

BECCHI, Egle et al. Per una storiografia dell'infanzia come figura educativa. In: *Storia dell'Educazione*. Milano: La Nuova Italia, 2002, p. 181-204.

BECCHI, Egle. (org.) *Atti del Seminario "Storia della Pedagogia: problemi di metodo"* (Pavia-Reggio Emilia, Maggio-Novembre, 1988). Modena: Istituto Antonio Banfi, 1988.

BECCHI, Egle Bambini Platonici. In: SEMERARO, Angelo (org.). *L'Educazione dell'uomo completo*. Scritti in onore di Mario Alighiero Manacorda. Firenze: La Nuova Italia, 2001, p. 3-12.

BECCHI, Egle Entre biografias e autobiografias pedagógicas. Os diários de infância. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 8, p. 125-157, jul/dez 2004.

BECCHI, Egle. Humanisme et Renaissance. In: BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (orgs.). *Histoire de l'enfance en Occident*. Tome I. Paris: Seuil, 1998c, p. 171-214.

BECCHI, Egle. *I Bambini nella Storia*. Roma-Bari: Laterza, 2010a [1994].

BECCHI, Egle. Il bambino di ieri: breve storia di una storiografia. *Studi sulla formazione*. Firenze, n. 1, p. 7-21, 2010b,

BECCHI, Egle. Infantologie del Novecento. In: *Il secolo della Scuola*. La educazione nel Novecento. Firenze: La Nuova Italia, 1995, p. 21-40.

BECCHI, Egle. L'Antiquité. In: BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (orgs.). *Histoire de l'enfance en Occident*. Tome I. Paris: Seuil, 1998a, p. 43-74.

BECCHI, Egle. Le Moyen Age. In: BECCHI, Egle. JULIA, Dominique (orgs.). *Histoire de l'enfance en Occident*. Tome I. Paris: Seuil, 1998b, p. 109-142.

BECCHI, Egle. Le XIXe Siècle. In: BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (orgs.). *Histoire de l'enfance en Occident*. Tome II. Paris: Seuil, 1998d, p. 157-238.

BECCHI, Egle. Le XXe Siècle. In: BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (orgs.). *Histoire de l'enfance en Occident*. Tome II. Paris: Seuil, 1998e, p. 377-456.

BECCHI, Egle. *Maschietti e Bambine*: tre storie con figure. Pisa: Edizioni ETS, 2011.

BECCHI, Egle. Retóricas de infância. *Perspectiva*. Florianópolis, n. 22, p. 63-95, ago/dez 1994.

BECCHI, Egle Ser menina ontem e hoje: notas para uma pré-história do feminino. *Pró-posições*. Campinas, v. 14, n. 3, p. 41-52, set/dez 2003.

BECCHI, Egle JULIA, Dominique (orgs.). *Histoire de l'enfance en Occident*. Paris: Seuil, 1998. 2 Tomes.

BECCHI, Egle SEMERARO, Angelo (orgs.) *Archivi d'infanzia*. Per una storiografia della prima età. Firenze: La Nuova Italia, 2001.

BECCHI, Egle SEMERARO, Angelo Prefazione. In: BECCHI, Egle SEMERARO, Angelo (orgs.) *Archivi d'infanzia*. Per una storiografia della prima età. Firenze: La Nuova Italia, 2001, p. IX-XVI.

BLOCH, Marc. *A Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: Unesp, 1997.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

CORSARO, William. Métodos etnográficos no estudo da cultura de pares e das transições iniciais na vida das crianças. In: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria de Almeida (orgs.) *Teoria e Prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 83-103.

CUNNINGHAM, Hugh. *Storia dell'Infanzia*. Bologna: Mulino, 1997

È MORTA EGLE BECCHI, PEDAGOGISTA E STORICA DELL'INFANZIA. *La Repubblica*. Roma, 04 gennaio 2022.

FREITAS, Marcus Cezar. Prefácio – Educar na infância: a perspectiva do compromisso. In: SOUZA, Gizele de (org.). *Educar na infância: perspectivas histórico-sociais*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 7-14.

GÈLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

PEDAGOGIA: È MORTA EGLE BECCHI, ILLUSTRE STORICA DELL'INFANZIA. *La Sicilia*. Milano, 04 gennaio 2022.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.

PIZZETI, Silvia. Os fundamentos epistemológicos e metodológicos do conhecimento histórico: algumas reflexões entre passado e futuro. *História Social*. Campinas, v. 5, n. 10, p. 13-24, 2003.

POLLOCK, Linda A. *Los niños olvidados*. Relaciones entre padres e hijos de 1500 a 1900. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2004.